INSERIR CAPA NESTA PÁGINA

**Simulado**

Simulado Final TJ-AP (Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa)

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO**

1. *Este simulado conta com questões focadas no concurso para* ***Técnico Judiciário - Área Judiciária e Administrativa*** *do* ***TJ-AP****;*
2. *A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;*
3. *As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;*
4. *Os participantes têm das* ***8:00*** *às* ***13:30*** *para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*
5. *O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;*

Preencha seu gabarito

[**Preencher Gabarito**](https://www.estrategia.com/)

**Tabela

Descrição gerada automaticamente**

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

***Felipe Luccas***

**01.** Considere a citação a seguir:

**"Todo amor é eterno e, se acaba, não era amor."**

(Nelson Rodrigues)

A sentença acima ilustra um raciocínio por

a) indução;

b) dedução;

c) abdução;

d) comoção;

e) emoção.

**02.** Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

1. injuntivo – indicação de ordens ou conselhos / tutorial;
2. explicativo – fazer compreender algo / romance;
3. argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / bula;
4. descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
5. narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / receita culinária.

**03.** Assinale a frase em que o termo sublinhado está retomado por um grupo nominal.

1. Cada um de nós é responsável pelo seu próprio destino.
2. Um homem pode resistir às tentações; um homem sábio vai evitá-las.
3. Sempre amei todos os animais, especialmente cachorros.
4. Novos alunos se matricularam, os recém-chegados estão animados.
5. Não quero alguém que aponte problemas, mas que os resolva.

**04.** Indique a alternativa em que não ocorre redundância.

1. Adiaremos o evento para depois por causa do temporal.
2. Notei que os clientes entraram para dentro da loja.
3. Ter certeza absoluta é sempre sinal de arrogância.
4. Não devíamos dar bons conselhos de graça.
5. Os preços caíram vertiginosamente nos últimos dias.

**05.** A coerência e a coesão de um texto são construídas também por meio de retomadas, de tipos variados, de outros elementos.

Assinale a opção em que a retomada do termo sublinhado é feita por meio de um elemento de classe gramatical diferente dos demais.

1. Aquele que negligencia seu emprego, perde-o.
2. Há poucas amizades às quais vale a pena se dedicar.
3. Todos perguntam o que compro, nunca o que faço.
4. O poema vale mais do que o papel no qual foi escrito.
5. Na mente está a alegria, mas ali está a fábrica da dor.

**06.** Os adjetivos, em língua portuguesa, podem indicar estados, características, qualidades e relações.

Assinale a frase em que o adjetivo sublinhado indica característica.

1. Um livro interessante nunca tem muitas páginas.
2. O homem cansado não pensa claramente.
3. A remuneração anual aumenta para se manter.
4. O terno preto o fazia parecer solene.
5. Nenhum escritor brasileiro ganhou um Nobel.

**07.** Assinale a frase que mostra dois vocábulos em oposição semântica (antônimos).

1. Todos querem chegar ao topo, poucos sobem a montanha.
2. Melhor estar na solidão do que na superlotação.
3. Se todos veem o mesmo, ninguém está vendo nada.
4. Quando tudo está perdido, sempre existe uma luz.
5. Aprendemos com nossos erros e com os de nossos pais.

**08.** As frases a seguir mostram formas do verbo TER. Assinale a frase em que a substituição dessas formas por outro verbo de valor semântico mais específico é feita de forma adequada.

1. Na vida, não tem espaço para desculpas, apenas resultados. / ocorre.
2. No teatro e na convivência, todos têm seu papel. / apresentam
3. Se você a quer feita já, dê a tarefa quem não tem tempo. / dispõe de
4. Os desempregados têm muito tempo livre. / usufruem
5. A mídia tem carinho por quem mente para os pobres. / exerce

**09.** Na maioria das frases, a palavra **ainda** mostra valor semântico de tempo. Assinale a frase que não mostra esse valor.

1. O diretor ainda não chegou.
2. Na hora do acidente, ela ainda não chegara.
3. Ainda agora estávamos todos felizes.
4. Hoje, a jovem trabalha fora ainda cuida do filho.
5. Sei, inclusive, que ainda serei aprovado.

**10.** Assinale a frase em que o valor semântico da preposição ANTE é diferente do das demais frases.

1. Ante as chuvas, os voos todos foram cancelados.
2. O homem, inacreditavelmente, estava ante seus olhos.
3. Ante tamanho talento, o sucesso foi inevitável.
4. O juiz, ante a urgência, deferiu tutela antecipada.
5. Ante o risco de ruína, é preciso investir cautelosamente.

**O desemprego tecnológico**

Os meios de produção foram se modernizando ao longo do tempo, e o direito do trabalho acompanha seus avanços tecnológicos, que teve início com a Revolução Industrial. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

Atualmente nos deparamos ao mesmo tempo com a melhora da saúde e segurança do empregado, menos duração do trabalho e otimização do tempo, mas, também, com a extinção de empregos em alguns setores da economia, em especial, entre os menos qualificados, substituídos pela robotização e informática.

As relações individuais de trabalho ainda sofrerão sérias modificações, em alguns casos trazendo benefícios e, em outros, malefícios. Os estudiosos indicam algumas modificações significativas: (a) no campo das efemeridades profissionais, com diminuição notável de alguns setores e aumento em outros, pela centralização de tarefas em computadores; (b) mudanças nos métodos de trabalho, com o trabalho a distância e informatização dos sistemas de controle.

A tecnologia é benéfica quando utilizada para proteger o trabalhador (doenças e acidentes, substituir o homem em trabalhos extenuantes), além de permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Os jovens, os trabalhadores pouco qualificados e certas profissões (sobretudo administrativas e burocráticas) são os trabalhadores que mais serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina.

https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/399/edicao-1/o-desemprego-tecnologico

**11**. De acordo com o texto, assinale a afirmativa correta.

1. Desemprego tecnológico é aquele causado pela baixa qualificação do trabalhador dispensado.
2. O texto argumenta contra a substituição dos empregos humanos por máquinas e informatização de sistemas de controle.
3. A estruturação básica do texto configura uma dissertação argumentativa polêmica, uma vez que coteja perspectivas opostas.
4. A tese do texto defende a ideia de que a tecnologia é benéfica para proteger o e permitir a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
5. Os avanços tecnológicos na produtividade do trabalho tiveram início na revolução industrial e seus efeitos perduram até o cenário atual.

**12.** Depreende-se corretamente do texto que:

1. os serviços mecânicos serão particularmente afetados, uma vez que as máquinas ainda não conseguem performar atividades criativas complexas.
2. direitos trabalhistas impedirão que os empregos sejam perdidos em processos de automação e robotização.
3. robotização e informatização foram empregados como conceitos sinônimos no texto, uma vez que este depende daquele.
4. há atividades econômicas mais propícias e outras mais vulneráveis à evolução tecnológica no mundo do trabalho, ponderando-se o nível de expertise nelas envolvido.
5. os jovens, na medida em que pertencem a gerações imersas em tecnologia, sofrerão menos com o desemprego tecnológico.

**13**. Outrossim, se num primeiro momento os direitos dos trabalhadores foram sendo regulamentados com a tecnologia, agora nota-se que esta mesma tecnologia vem criando o chamado “desemprego tecnológico”.

O vocábulo destacado funciona como um operador argumentativo de

a) adição;

b) afirmação;

c) oposição;

d) concessão;

e) contradição;

**14.** Observe o fragmento:

"... são os trabalhadores que **mais** serão afetados pela tecnologia, que substituirá a mão de obra pela máquina".

O vocábulo destacado apresenta o mesmo sentido e classificação que o indicado em:

1. Ninguém tem mais tempo para ler um texto inteiro.
2. Pressa mais ignorância é a receita para o autoritarismo.
3. Todos precisamos de mais informação não tendenciosa.
4. A sociedade não mais deseja refletir antes de julgar.
5. Vale mais uma opinião errada agora que uma certa depois.

**15.** O vocábulo "sérias" foi acentuado no texto. Esse acento, segundo a norma culta, poderia ser justificado por duas regras gramaticais.

O mesmo ocorre com:

a) tecnológicos

b) saúde

c) também

d) malefícios

e) substituídos

**16.** "*Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida*."

*Confúcio*

Nota: O pensamento é atribuído a Confúcio, porém, não há evidências que comprovem essa autoria.

Sobre o pensamento acima, assinale a alternativa que indica sua reescritura, caso o pronome de tratamento usado fosse "você".

1. "Escolhe um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na sua vida."
2. "Escolha um trabalho de que goste e não terá que trabalhar nem um dia na sua vida."
3. "Escolhas um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
4. "Escolhe um trabalho de que goste e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."
5. "Escolhes um trabalho de que gostes e não terás que trabalhar nem um dia na tua vida."

**17.** *"Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha."*

Confúcio

O valor social subjacente a esse pensamento pode ser sintetizado no vocábulo:

a) resiliência;

b) consistência;

c) inocência;

d) permanência;

e) saliência.

**18.** *"Ama-se mais o que com mais trabalho se conquistou."*

*Aristóteles*

Sobre o pensamento acima, sua estruturação e elementos linguísticos, é correto afirmar que:

1. não se ama o que se conquista com menos trabalho;
2. aquilo que vem mais fácil vai mais fácil;
3. muitas conquistas fáceis são desprezíveis;
4. realizações onerosas se valorizam;
5. emprego ruim eleva o valor da conquista;

**19.** Na sentença: *"Ama-se mais o que com mais trabalho* ***se*** *conquistou",* o termo destacado se classifica como

a) índice de indeterminação do sujeito

b) pronome apassivador

c) pronome reflexivo

d) conjunção integrante

e) partícula expletiva

**20.** Em todas as frases abaixo há o emprego de termos vagos, pouco precisos, desaconselháveis em textos jornalísticos. O verbo “fazer” é empregado em lugar de muitos outros verbos de significado mais preciso, tornando a expressão menos clara; a frase em que esse verbo é empregado em seu sentido próprio, é:

1. Os policiais fizeram o seu dever;
2. As atrizes fizeram papel de vilãs;
3. Os juízes fizeram uma complexa sentença;
4. As manifestações fizeram congestionamento;
5. Os artesãos locais fizeram um boneco de palha.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA**

***Tiago Zanolla***

**21.** Em uma reunião de orientação para candidatos a vagas no serviço público, Pedro, um experiente servidor público encarregado de conduzir o encontro, destacava a importância de compreender todos os requisitos necessários para a candidatura. Um dos participantes, Lucas, estava particularmente ansioso, pois não tinha certeza se atendia a todos os critérios. Pedro, querendo esclarecer todas as dúvidas, destacou os requisitos de acordo com a legislação. Qual dos seguintes requisitos NÃO foi corretamente mencionado por Pedro como necessário para o ingresso no serviço público do Estado?

1. Certificação de habilidades em informática.
2. Gozo dos direitos políticos.
3. Quitação com obrigações eleitorais.
4. Nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
5. Nacionalidade brasileira.

**22**. Juliana, uma servidora pública dedicada, estava buscando compreender as diferentes formas de avanço na carreira dentro do serviço público. Ela sabia que existem mecanismos específicos para isso, como progressão, promoção e ascensão, mas tinha dúvidas sobre os detalhes de cada um. Em uma conversa com seu mentor, ele explicou as diferenças entre esses mecanismos. Com base no Estatuto dos Servidores do TJ, qual das seguintes afirmações está INCORRETA?

1. A progressão é um avanço anual automático de referência na mesma classe, desde que não haja ausências injustificadas ou penalidades disciplinares.
2. A promoção exige que o servidor esteja estável e é a passagem para uma classe superior, baseando-se em avaliação de desempenho e qualificação profissional.
3. Para a ascensão, é necessário passar por um processo seletivo que ocorre juntamente com o concurso público, respeitando os mesmos critérios.
4. A promoção pode ocorrer a qualquer momento, sem a necessidade de um interstício mínimo de serviço na classe atual.
5. Nas promoções, a primeira delas na carreira exige um interstício mínimo de dois anos de efetivo exercício na classe.

**23**. Carlos, um gestor público responsável por uma pequena equipe, estava diante de um dilema ético. Uma denúncia anônima de irregularidade chegou até ele, mas ele sabia que havia protocolos específicos a seguir para tratar de tais denúncias. Carlos se reuniu com sua equipe para discutir o melhor caminho a seguir, com base nas normas vigentes. Com base no Estatuto dos Servidores, qual das seguintes afirmações sobre o procedimento a ser seguido por Carlos está INCORRETA?

1. Carlos é obrigado a promover a apuração da irregularidade imediatamente, assegurando ao acusado o direito à ampla defesa.
2. A denúncia anônima deve ser arquivada imediatamente por falta de identificação e endereço do denunciante.
3. Uma sindicância pode resultar na aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 dias, entre outras possibilidades.
4. A instauração de processo disciplinar é obrigatória quando a infração disciplinar implica uma penalidade de suspensão por mais de 30 dias.
5. Carlos pode proceder com a apuração da denúncia mesmo sem a confirmação da autenticidade da mesma.

**24**. Durante um encontro de formação para novos magistrados, Fernanda, uma juíza recém-empossada, estava tentando compreender melhor a estrutura de governança e os processos eleitorais do Tribunal. Ela sabia que a eleição da Direção do Tribunal era um evento importante e tinha várias perguntas sobre como tudo funcionava. Baseado nas informações sobre a eleição da direção do tribunal descritas no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

1. O mandato dos cargos eletivos da direção do tribunal dura dois anos, permitindo-se a reeleição ou recondução para o mesmo cargo.
2. A eleição para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral e Ouvidor-Geral é realizada por voto secreto.
3. A posse dos eleitos deve ocorrer até o dia 05 de março do ano subsequente à eleição.
4. O quórum mínimo para a realização da eleição é de dois terços dos membros do Tribunal.
5. Caso o quórum mínimo não seja atingido, uma sessão extraordinária será convocada para a eleição.

**25**. Lucas, um serventuário da justiça que trabalha na Secretaria do Tribunal, estava buscando esclarecer suas dúvidas sobre as competências e atribuições do Corregedor-Geral. Ele havia ouvido falar que o Corregedor-Geral desempenha um papel crucial na supervisão e no funcionamento das serventias judiciais e extrajudiciais, mas queria entender melhor os detalhes. Com base no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações NÃO corresponde às competências e atribuições do Corregedor-Geral?

1. Realizar inspeções anuais em todas as comarcas do Estado durante seu mandato.
2. Ser assistido por um Juiz Auxiliar da Corregedoria, escolhido entre os juízes de todas as entrâncias do Estado.
3. Expedir provimentos e instruções para garantir o bom funcionamento dos serviços judiciais e extrajudiciais.
4. Aplicar penas disciplinares exclusivamente aos membros da Secretaria do Tribunal de Justiça.
5. Conduzir correições gerais e parciais, conforme estabelecido no Código de Organização.

**26**. Roberta, uma nova servidora no Tribunal de Justiça, estava em treinamento para entender melhor a estrutura e as funções dos diferentes setores dentro do fórum onde trabalharia. Uma de suas tarefas era apresentar um resumo sobre as responsabilidades das Secretarias das Varas e as funções do Setor de Distribuição. Ao preparar sua apresentação, ela quis garantir que suas informações estavam precisas. Com base no Código de Organização Judiciária, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

1. As Secretarias das Varas são responsáveis por fornecer serviços de apoio aos juízos, seguindo leis processuais e provimentos da Corregedoria-Geral.
2. O Setor de Distribuição é encarregado apenas do processamento e registro da distribuição dos feitos, não tendo outras funções.
3. A direção da Distribuição é presidida pelo Diretor do Fórum, Juiz de Direito Auxiliar ou Substituto, designado pelo Presidente do Tribunal.
4. A implementação de terminais de informática para atendimento é uma iniciativa do Setor de Distribuição para melhorar o serviço.
5. As Secretarias das Varas seguem portarias e despachos dos juízes, além de leis processuais e provimentos da Corregedoria-Geral.

**27**. Na reunião de planejamento do Tribunal, Ana, uma nova desembargadora, estava discutindo com seus colegas sobre a organização das sessões e a participação de advogados e membros do Ministério Público. Ela queria garantir que todas as normas do Regimento fossem cumpridas e que a participação dos profissionais fosse apropriada. Com base no Regimento Interno, qual das seguintes afirmações é INCORRETA?

1. As sessões ordinárias são limitadas a uma duração de quatro horas, mas podem ser prorrogadas conforme a necessidade do serviço.
2. As sessões extraordinárias são agendadas e encerradas estritamente de acordo com o tempo designado, sem flexibilidade quanto à duração.
3. As votações e sessões do Tribunal são abertas ao público, exceto em casos especificados pelo Regimento ou pela lei.
4. Advogados são proibidos de usar a tribuna se não estiverem vestindo a beca.
5. Membros do Ministério Público devem obrigatoriamente usar veste talar ao oficiar nas sessões do Tribunal.

**28**. Joana, uma servidora judicial recém-contratada, está revisando as normas do Tribunal em que foi alocada para entender melhor a rotina de trabalho. Ela precisa explicar a um colega como são realizadas as sessões virtuais de julgamento conforme a nova resolução. Qual informação ela deve destacar sobre o início e término das sessões virtuais semanais?

1. As sessões virtuais iniciam às sextas-feiras, às 08h, e terminam na quinta-feira subsequente, às 18h.
2. As sessões virtuais têm duração de 7 dias úteis, começando às sextas-feiras, às 08h.
3. As sessões virtuais começam às sextas-feiras, às 08h, e terminam no sétimo dia corrido subsequente, às 23h59.
4. As sessões iniciam e terminam às sextas-feiras, respeitando o prazo de 5 dias corridos.
5. As sessões virtuais são realizadas mensalmente, com início no primeiro dia do mês.

**29**. Carlos, outro servidor judicial, está preocupado com a possibilidade de prorrogação das sessões virtuais de julgamento. Ele quer saber em que condições o prazo das sessões pode ser automaticamente prorrogado. Qual informação você daria a ele?

1. O prazo se prorroga automaticamente se a sessão virtual não alcançar quórum mínimo.
2. A prorrogação do prazo ocorre quando o término da sessão coincide com um feriado nacional.
3. O prazo é automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente se o término da sessão for em dia sem expediente na Secretaria do Tribunal.
4. A prorrogação acontece se a sessão virtual não resolver todos os casos na agenda.
5. O prazo das sessões virtuais só pode ser prorrogado mediante votação entre os desembargadores.

**30**. Durante uma reunião, o novo Diretor-Geral do Tribunal, Rafael, explica sua função aos membros da equipe. Ele quer esclarecer quais são suas competências conforme o novo regulamento. Qual das seguintes competências Rafael deve enfatizar?

1. A nomeação de servidores para a Secretaria do Tribunal é uma de suas competências principais.
2. É sua responsabilidade direta efetuar o pagamento dos precatórios.
3. Cabe a ele supervisionar, coordenar e dirigir todas as atividades administrativas do Tribunal, seguindo a orientação do Presidente.
4. Rafael tem a competência exclusiva de julgar processos administrativos dentro do Tribunal.
5. Ele é responsável por legislar sobre as normas processuais a serem seguidas pelo Tribunal.

**MATEMÁTICA**

***Eduardo Mocellin***

**31.** Sabe-se que a sentença “Se Maria é corajosa, então Brenda é estudiosa ou Amanda é inteligente” é FALSA.

É correto concluir que:

1. Maria não é corajosa, Brenda não é estudiosa, Amanda não é inteligente;
2. Maria não é corajosa, Brenda é estudiosa, Amanda é inteligente;
3. Maria não é corajosa, Brenda não é estudiosa, Amanda é inteligente;
4. Maria é corajosa, Brenda é estudiosa, Amanda é inteligente;
5. Maria é corajosa, Brenda não é estudiosa, Amanda não é inteligente.

**32.** Sobre o seu filho pequeno Joaquim, Ana afirmou:

“Se Joaquim está bem alimentado, então não sou perturbada.”

Considere as três novas afirmações:

I. Se não sou perturbada, então Joaquim está bem alimentado.

II. Se Joaquim não está bem alimentado, então sou perturbada.

III. Se sou perturbada, então Joaquim não está bem alimentado.

Dessas três novas afirmações, são equivalentes à afirmação de Ana:

a) somente I;

b) somente II;

c) somente III;

d) somente II e III;

e) I, II e III.

**33.** Em uma gaveta há duas camisetas da cor azul e três camisetas da cor vermelha. Duas camisetas serão retiradas da gaveta sucessivamente, sem que a primeira seja recolocada na gaveta antes de se retirar a segunda. A probabilidade de se retirar duas camisetas da mesma cor é igual a:

a) 20%

b) 25%

c) 32%

d) 40%

e) 56%

**34.** De uma caixa que continha chicletes, Arnaldo retirou uma quantidade X maior do que 300 e menor do que 400. Ele reparou que dividindo esses X chicletes em grupos de 9 ou em grupos de 12 ou em grupos de 15 chicletes, sempre sobrava 1 chiclete.

A soma dos algarismos desse número X é:

a) 9

b) 10

c) 12

d) 13

e) 14

**35.** Uma ONG que resgata animais de rua cuida de 16 cachorros. Leandra, responsável pela ração dos animais, fez uma compra para 30 dias. Ao chegar à ONG com as compras, foi informada de que mais 4 cachorros foram resgatados. Sabendo-se que a alimentação dos cachorros é rigorosamente igual, Leandra concluiu, então, que sua compra daria para apenas

a) 24 dias

b) 25 dias

c) 26 dias

d) 27 dias

e) 28 dias

**36.** Um vendedor de sapatos aumenta o preço original do seu produto para, em seguida, anunciá-lo com um desconto de 60% de modo a obter com a venda o mesmo valor original. Para que isso aconteça, o aumento percentual deverá ser de:

a) 60%

b) 80%

c) 100%

d) 150%

e) 180%

**37.** Bruno e Diego trabalham juntos fabricando e vendendo dois modelos de carteiras: uma é revestida de tecido, e outra é de couro. Bruno vendeu 3 carteiras de couro e 4 de tecido, recebendo R$ 960,00. Diego recebeu R$ 1.040,00 ao vender 2 carteiras de tecido e 5 de couro.

A diferença de preço entre a carteira mais cara e a mais barata é igual a:

a) R$ 40,00

b) R$ 60,00

c) R$ 80,00

d) R$ 100,00

e) R$ 120,00

**38.** Considere a seguinte sequência de infinitos termos: 2, 3, 8, 33, 158, ...

O sexto termo dessa sequência é:

a) 779

b) 780

c) 781

d) 782

e) 783

**39.** Um setor do TJ AP conta com 10 servidores, sendo 7 técnicos e 3 analistas. O número de equipes distintas que podem ser formadas com dois servidores com a participação de pelo menos um técnico é:

a) 14

b) 21

c) 28

d) 35

e) 42

**40.** Três vizinhos, Arnaldo, Armando e Arnulfo, moram em casas contíguas. Cada vizinho possui um animal de estimação de raças diferentes e de cores também diferentes. Sabe-se que:

* O gato mora em uma casa contígua à casa de Armando;
* O canarinho é amarelo;
* Arnaldo tem um animal de duas cores: branco e laranja; e
* O cachorro vive na casa do meio.

Assim, os animais de estimação de Arnaldo, Armando e Arnulfo são, respectivamente:

a) gato, cachorro, canarinho.

b) gato, canarinho, cachorro.

c) canarinho, gato, cachorro.

d) canarinho, cachorro, gato.

e) cachorro, gato, canarinho.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

***Adriane Fauth***

**41.** A Constituição é ato proveniente de um poder soberano (unidade política) que dita à ordem social, a política e a jurídica. O direito só se manifesta se provir de uma deliberação de caráter político. A Constituição em sentido positivo contém somente a determinação consciente da concreta forma de conjunto pela qual se pronuncia ou decide a unidade política.

O trecho acima transcrito expressa o conceito de Constituição de

a) Ferdinand Lassalle.

b) Peter Häberle.

c) Konrad Hesse.

d) Carl Schmitt.

e) Hans Kelsen.

**42.** Assinale a alternativa correta acerca da classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

1. Quanto à origem, é outorgada porque foi eleita diretamente pelo povo, sendo, assim, democrática.
2. Quanto à extensão, é sintética, visto que é enxuta e não tece minúcias, motivo pelo qual é mais duradoura.
3. Quanto ao modo de elaboração, é dogmática porque se baseia em teorias, planos e sistemas prévios e foi criada de uma só vez por uma Assembleia Constituinte.
4. Quanto à alterabilidade, é imutável porque algumas matérias exigem um processo de alteração mais dificultoso do que aquele exigido para as leis infraconstitucionais.
5. Quanto à dogmática, é ortodoxa porque é formada por ideologias distintas que se unem em um mesmo contexto.

**43.** Maria e José, pais de Pedrinho, de quatro anos, decidiram que não iriam vacinar o seu filho contra a doença X, mesmo se tratando de vacina testada, com aplicação obrigatória definida em lei e incluída no Programa Nacional de Imunizações, por motivo de convicção filosófica. A escola de Pedrinho solicitou que os pais realizassem o quanto antes a imunização do filho, alertando para possíveis consequências jurídicas pela não vacinação.

Indignados com a mensagem da escola, Maria e José procuraram um advogado para que os orientasse sobre as suas escolhas à luz da ordem constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o que lhe foi respondido corretamente que:

1. É legítima a decisão dos pais em decorrência do exercício do poder familiar;
2. É legítima a recusa dos pais à vacinação compulsória de filho menor por motivo de convicção filosófica, em respeito a liberdade de consciência.
3. É ilegítima a decisão dos pais de não vacinarem seu filho menor, devendo ser determinada a vacinação forçada da criança.
4. É ilegítima a recusa dos pais à vacinação, uma vez que é constitucional a obrigatoriedade de imunização por meio de vacina testada, aprovada e registrada, desde que sua aplicação obrigatória determinada em lei, ou seja, objeto de determinação da União, Estado, Distrito Federal ou Município, com base em consenso médico-científico.
5. É legítima a recusa dos pais, uma vez que é inconstitucional a vacinação compulsória no Brasil.

**44.** No que tange aos direitos sociais, analise os itens abaixo

I. Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

II. a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.

III. é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Analise os itens acima e assinale:

a) se somente o item I estiver correto.

b) se somente o item II estiver correto.

c) se somente o item III estiver correto.

d) se somente os itens I e II estiverem corretos.

e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

**45.** Pierre, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2007. Entretanto, no ano de 2020, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2019, Pierre passou a residir no Brasil. A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Pierre, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado. Apreensivo, Pierre procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição

1. é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
2. não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
3. é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.
4. não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
5. não é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, praticado antes da naturalização.

**46.** Júlia é casada com Rodrigo, Governador do Estado, com quem tem um filho chamado Vinícius, de vinte anos. Caso Vinícius decida concorrer, nas eleições nacionais, para o cargo de Deputado Estadual, ocorrerá o seguinte

1. A candidatura somente será deferida se Vinicius estiver concorrendo à reeleição.
2. A candidatura será deferida, ainda que Vinicius seja filho do Governador do Estado.
3. A candidatura será indeferida por ausência de condição de elegibilidade.
4. Vinicius poderá se candidatar ao cargo de deputado estadual apenas se for em outro estado e não o mesmo que seu pai é governador.
5. A candidatura poderá ou não ser deferida, a depender de Rodrigo renunciar ao mandato seis meses antes do pleito.

**47.** Tício, filiado ao Partido Político Beta, foi eleito Senador. Logo após a proclamação dos eleitos, tomou conhecimento de que Beta não alcançara a denominada “cláusula de desempenho”, prevista na Constituição da República de 1988. Em razão disso, aflito com essa situação, consultou um advogado acerca da possibilidade de, após a sua posse, se desligar de Beta e se filiar a outro partido político que tenha atingido a cláusula de desempenho, mas preservando o mandato obtido. O advogado respondeu corretamente que o objetivo apresentado por Tício:

1. não é amparado pela ordem constitucional, pois, nas eleições proporcionais, o mandato é outorgado ao partido político, não ao candidato eleito, o que impede a filiação a novo partido político sem a perda do mandato.
2. não é amparado pela ordem constitucional, salvo se o não atingimento da “cláusula de desempenho” configurar justa causa, prevista em lei, o que permitirá o desligamento independente da aquiescência de Beta.
3. é amparado pela ordem constitucional, mas a nova filiação não será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.
4. não é amparado pela ordem constitucional, pois o não atingimento da “cláusula de desempenho” somente produz efeitos em relação ao funcionamento parlamentar na Casa legislativa, não tendo relação com o mandato de Tício.
5. é amparado pela ordem constitucional, desde que haja anuência de Beta, e a nova filiação será considerada para fins de distribuição dos recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao tempo de rádio e de televisão.

**48.** Michael, funcionário público, com o apoio de seus colegas servidores, foi eleito Senador, representando o Estado de Gama. Entre suas novas atribuições, caberá a ele votar em importantes projetos que tramitam no Congresso Nacional. Nesse cenário, considerando a repartição de competências delineada pela Constituição Federal, é correto afirmar que compete privativamente à União legislar sobre:

1. proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
2. organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.
3. direito civil, comercial, penal, processual e econômico.
4. proteção à infância e à juventude.
5. proteção e tratamento de dados pessoais.

**49.** De acordo com as disposições constitucionais sobre as funções essenciais à Justiça, assinale a assertiva correta:

1. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
2. A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
3. Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
4. É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
5. Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

**50.** Maria, concurseira, solicitou que Ana, sua colega, lhe explicasse algumas características das competências recursais do Supremo Tribunal Federal.

De acordo com Ana:

1. os recursos de competência do Supremo Tribunal Federal são apenas os de fundamentação vinculada;

2. nenhuma sentença proferida por órgão jurisdicional de primeira instância pode ser objeto de recurso a ser julgado diretamente pelo Supremo Tribunal Federal; e

3. acórdãos proferidos pelos Tribunais Superiores não podem ser objeto de recurso direcionado ao Supremo Tribunal Federal.

Adriane, professora de Direito Constitucional, ao ouvir as afirmações de Ana, concluiu corretamente que

a) todas estão certas.

b) todas estão erradas.

c) apenas a informação 2 está errada.

d) apenas as afirmações 2 e 3 estão erradas.

e) apenas as afirmações 1 e 3 estão erradas.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

***Thállius Moraes***

51. Quando um ente federado transfere a execução e a titularidade de um serviço para uma autarquia, ocorre a chamada

a) Desconcentração.

b) Descentralização por serviços.

c) Concentração.

d) Descentralização por colaboração.

e) Centralização.

52. Considerando as regras aplicáveis aos entes da Administração Indireta, assinale a alternativa correta.

1. a criação de subsidiárias de empresas públicas deve ser precedida de autorização legislativa.
2. Para que uma sociedade empresarial seja considerada uma sociedade de economia mista, basta que o controle acionário esteja em mãos do poder público.
3. Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.
4. As autarquias submetem-se ao controle hierárquico denominado supervisão ministerial.
5. A aquisição da personalidade jurídica das fundações públicas de direito público ocorrerá com o registro de seus atos constitutivos na serventia registral pertinente.

53. Acerca dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

1. A proibição constitucional de utilização de símbolos e imagens que caracterizem a promoção pessoal de servidores públicos, durante as campanhas dos órgãos públicos decorre do princípio da impessoalidade.
2. A exigência constitucional de concurso público para a investidura em cargo público efetivo está relacionada ao princípio da impessoalidade.
3. O princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública é regida autonomia da vontade, podendo praticar todos os atos que não sejam proibidos por lei.
4. A possibilidade de um servidor público estável perder o cargo em virtude de procedimento de avaliação periódica de desempenho traduz-se na aplicação do princípio da eficiência.
5. Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência devem ser obedecidos pela administração pública direita e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

54. A extinção do ato administrativo que é aplicada quando o ato não é compatível com a nova legislação denomina-se

a) cassação.

b) revogação.

c) contraposição.

d) anulação.

e) caducidade.

55. Os atos administrativos são praticados pela Administração Pública no desempenho de sua função administrativa. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

1. Conforme a teoria dos motivos determinantes, todos os atos administrativos devem ser motivados, de forma que se os motivos alegados forem falsos ou inexistentes, o ato será ilegal.
2. São elementos dos atos administrativos a competência, a finalidade, a forma, a motivação e o objeto.
3. O silêncio administrativo produz efeitos de concordância, salvo nos casos vedados pela lei.
4. Atos compostos implicam duas vontades que se fundem em um único ato.
5. É vedada, em qualquer situação, a revogação de atos vinculados.

56. Levando em consideração as disposições atinentes aos poderes da administração, analise os próximos itens.

I – Quando o agente busca alcançar um fim diverso daquele que a lei lhe permitiu ocorre abuso de poder, na modalidade excesso de poder.

II - Em relação ao poder de polícia, é possível que atos relativos à aplicação de penalidades possam ser delegados às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

III – A Administração pública, ao editar atos normativos, com o intuito de ordenar a atuação de órgãos a ele subordinados atua no exercício do poder hierárquico.

Está correto apenas o disposto em:

a) I, II e III.

b) II e III.

c) apenas II.

d) Apenas III.

e) Nenhuma das assertivas.

57. Quando a lei concede à Administração Pública o poder para a prática de determinado ato de sua competência, instituindo os requisitos e elementos que, uma vez preenchidos, criam a obrigatoriedade da prática do ato, nos exatos moldes da lei, representa uma manifestação do poder

a) hierárquico.

b) vinculado.

c) de polícia.

d) regulamentar.

e) discricionário.

58. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

1. concessão e permissão de uso de bens públicos.
2. contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
3. prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
4. locação.
5. contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

59. Levando em consideração a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, a contratação dos serviços técnicos especializados de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas é caso de

1. realização obrigatória de licitação, na modalidade concorrência.
2. realização obrigatória de licitação, na modalidade registro de preços.
3. inexigibilidade de licitação, em virtude de se tratar de profissionais ou empresas de notória especialização.
4. inexigibilidade ou dispensa de licitação.
5. licitação dispensável, em face da atividade predominantemente intelectual envolvida.

60. O prazo que a Administração possui para anular um ato ilegal, mas que produziu efeitos favoráveis ao seu destinatário,

1. prescreve em cinco anos, salvo em caso de má-fé.
2. prescreve em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
3. prescreve em três anos, salvo em caso de má-fé.
4. decai em cinco anos, independentemente de boa-fé do destinatário.
5. decai em cinco anos, salvo em caso de má-fé.

**DIREITO CIVIL**

***Paulo Sousa***

**61.** Em fevereiro de 2020 foi editada a Lei 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. O seu art. 8º estabelece que a referida Lei vigorará enquanto perdurar o estado de emergência internacional pelo coronavírus responsável pelo surto. Em seguida, o seu art. 9º determina que a Lei entra em vigor na data de sua publicação. De acordo com a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

1. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.
2. Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
3. A lei posterior não revoga a anterior quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
4. A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
5. Salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

**62.** Têm domicílio necessário certas pessoas. É domicílio do:

1. incapaz, o de seus pais.
2. militar, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
3. servidor público, o lugar em que toma posse.
4. preso, o lugar em que for preso.
5. marítimo, onde o navio estiver matriculado.

**63.** Sobre os direitos da personalidade, é incorreto afirmar:

1. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome, o sobrenome e o pseudônimo.
2. O nome da pessoa não pode ser empregado em publicações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.
3. Sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial.
4. O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
5. É inexigível a autorização prévia para a publicação de biografias.

**64.** É absolutamente incapaz:

a) o maior de dezesseis e menor de dezoito anos;

b) o portador de deficiência física;

c) o portador de deficiência auditiva;

d) o pródigo;

e) nenhuma das alternativas anteriores.

**65.** Assinale a alternativa correta:

1. a emancipação legal depende de registro em cartório cível;
2. a emancipação é passível de retratação e revogação a qualquer tempo;
3. a emancipação voluntária não afasta a responsabilidade dos pais por eventuais danos causados pelo filho emancipado;
4. o menor de dezesseis anos pode ser emancipado em razão do casamento;
5. a emancipação em razão do casamento não depende de registro em cartório cível.

**66.** Não é causa que cessa a menoridade:

1. o casamento de menos de dezesseis anos;
2. o exercício de emprego público efetivo;
3. a colação de grau em curso de ensino superior;
4. o estabelecimento civil ou comercial, ou a existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria;
5. a emancipação voluntária por concessão dos pais.

**67.** Thiago, portador de Síndrome de Hirschsprung, apresenta leve atraso em seu desenvolvimento intelectual. Ao atingir a maioridade civil, Thiago deverá ser considerado, nos termos do Código Civil:

1. absolutamente incapaz, devendo ser representado em todos os atos da vida civil.
2. plenamente capaz e poderá agir por si só nos atos da vida civil.
3. relativamente incapaz, tendo em vista possuir discernimento reduzido ocasionado por deficiência mental.
4. absolutamente incapaz, por não conseguir expressar a sua vontade.
5. Relativamente incapaz, necessitando ser acompanhado por curador nos atos da vida civil que envolverem a disposição de patrimônio.

**68.** Não são pessoas jurídicas de direito privado:

a) as associações;

b) as fundações;

c) os partidos políticos;

d) os entes de fiscalização do exercício profissional;

e) as organizações religiosas.

**69.** De acordo com o Código Civil, são pessoas jurídicas de direito público interno:

1. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as organizações religiosas e os partidos políticos.
2. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
3. as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada, apenas.
4. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as associações, as sociedades, as fundações e as organizações religiosas.
5. a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios; as autarquias, com exceção das associações públicas, e as demais entidades de caráter público criadas por lei.

**70.** Sobre as diferentes classes de bens, assinale a alternativa correta.

1. Constitui universalidade de direito a pluralidade de bens singulares que, pertinentes à mesma pessoa, tenham destinação unitária.
2. Os bens naturalmente divisíveis só podem tornar-se indivisíveis por determinação legal.
3. São bens imóveis o solo, o subsolo e o espaço aéreo e apenas o que se lhe incorporar artificialmente.
4. Consideram-se bens móveis as energias que tenham valor econômico e o direito à sucessão aberta.
5. Apesar de ainda não separados do bem principal, os frutos e produtos podem ser objeto de negócio jurídico.

**DIREITO PENAL**

***Renan Araújo***

**71.** Como a finalidade do Direito penal é a exclusiva proteção de bens jurídicos, pode-se dizer que a criminalização de uma conduta deve se pautar pela necessidade de proteger um bem jurídico em face de uma potencial ofensa a determinado bem (vida, patrimônio, etc.), porque a conduta criminalizada é capaz de lesionar ou pelo menos expor o bem jurídico a risco de lesão.

O texto acima se refere, mais precisamente, ao princípio da:

a) ofensividade

b) subsidiariedade

c) legalidade

d) fragmentariedade

e) *ultima ratio*

**72.** Peter, americano, nascido em Austin (Texas), mas residente em San Francisco (Califórnia), veio ao Brasil a passeio, a fim de aproveitar o verão tupiniquim. No Brasil, Peter, que faz uso de maconha para fins recreativos, adquiriu 2g de maconha e se sentou na areia da praia de Copacabana para degustar a erva que acabara de comprar. Policiais militares, ao verem a cena, abordaram o americano, encontrando com ele 03 cigarros de maconha, oportunidade na qual deram voz de prisão pelo crime de posse de substância entorpecente para uso próprio, e conduziram-no à presença da autoridade policial local. Peter foi ouvido e afirmou que acreditava que sua conduta era lícita, pois onde mora é permitido fazer uso de tal substância para fins recreativos.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

a) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se evitável.

b) erro de proibição, que afastará a culpabilidade, se invencível.

c) erro de tipo, que excluirá o dolo, mas permitirá a punição a título culposo, se houver previsão legal.

d) erro de proibição, que irá gerar redução de pena, se escusável.

e) erro de tipo, que excluirá o dolo e a culpa, em qualquer caso.

**73.** Durante um cruzeiro, Pablo, brasileiro, pratica um crime de estelionato (art. 171 do CP), em desfavor de Joaquina, uma senhora de 72 anos, também brasileira. O fato ocorreu no 3º dia de uma viagem marítima que duraria uma semana, realizada em um navio privado, de bandeira brasileira, pertencente à empresa brasileira “DESCOBRIDOR DOS SETE MARES LTDA”, quando esta se encontrava ancorada em mar territorial uruguaio. No Uruguai, Pablo foi condenado a uma pena de 02 anos de reclusão pelo referido crime, já integralmente cumprida.

Nesse caso, é correto afirmar que:

1. será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da territorialidade.
2. será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da nacionalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade incondicionada.
3. será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio da personalidade ativa, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
4. será aplicável a lei penal brasileira, pelo princípio do pavilhão, sendo hipótese de extraterritorialidade condicionada.
5. Não será aplicável a lei penal brasileira.

**74.** Jeremias, 22 anos, simulando estar interessado em Valentina, moça de 16 anos, induz a mesma a se automutilar, afirmando que seria uma prova de amor. Valentina, apaixonada, chega a cogitar realizar a automutilação, mas acaba não o fazendo.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que Jeremias deverá:

1. ser considerado isento de pena, em razão da paixão.
2. responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, consumado, com pena duplicada.
3. responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, consumado, sem majoração.
4. responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, tentado, com pena duplicada.
5. responder pelo crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação, tentado, sem majoração.

**75.** Apollo, valendo-se de uma arma de fogo, subtraiu para si o aparelho celular pertencente a Afrodite, quando esta caminhava tranquilamente pelas ruas do centro da cidade de Macapá. O infrator empreendeu fuga, tendo sido preso em flagrante cerca de 20 minutos depois, após perseguição realizada pela polícia, tendo sido recuperados os bens de Afrodite, mas não foi encontrada a arma usada no crime. Em suas declarações em sede policial, Afrodite afirmou ter sentido muito medo em razão da arma de fogo apontada para sua cabeça. As testemunhas arroladas confirmaram o emprego de arma de fogo. Apollo, em seu interrogatório, confessou a prática do crime, mas disse que a arma utilizada era, na verdade, um simulacro de arma de fogo. A arma, porém, não foi encontrada para ser periciada.

As provas produzidas na investigação foram refeitas em Juízo, sem o acréscimo de novas provas, tendo sido o processo concluso para sentença.

Nesse caso, é correto afirmar que Apollo deverá ser condenado pelo crime de:

1. roubo simples tentado
2. roubo simples consumado
3. roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, consumado
4. roubo majorado pelo emprego de arma de fogo, tentado
5. roubo qualificado, consumado

**76.** Inconformado com o pedido de divórcio formulado por sua esposa Maria, José passou a ameaçá-la, o que levou a vítima a solicitar medida protetiva de urgência de proibição de aproximação (art. 22, III, a da Lei 11.340/06), pedido este deferido pelo Juízo. No dia 10.07.2023, aniversário da vítima, José, descumprindo a medida imposta, aguardou a saída de Maria do trabalho e desferiu contra esta diversos golpes de faca, que foram a causa eficiente da morte da vítima.

Nesse caso, no que tange à morte da vítima, José praticou crime de:

1. homicídio simples.
2. homicídio qualificado pelo feminicídio, sem majoração da pena.
3. homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada de um terço à metade em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada e por ter sido praticado em data festiva para a vítima.
4. homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada de um terço à metade em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada.
5. homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada em dois terços em razão do descumprimento da medida protetiva de urgência fixada.

**77.** José, 32 anos, ingressou clandestinamente na residência de seu pai, Joaquim, 63 anos, e subtraiu um relógio avaliado em R$ 5.000,00. O fato aconteceu no dia 21.02.2024, por volta das 23h. A vítima, no momento do crime, estava fora de casa, assistindo a uma partida de futebol.

Nesse caso, José:

1. deve responder pelo crime de furto, majorado pelo repouso noturno.
2. deve responder pelo crime de furto, majorado por se tratar de vítima pessoa idosa.
3. deve responder pelo crime de furto, sem majoração pelo repouso noturno, já que a vítima estava acordada e não se encontrava na residência no momento do fato.
4. deve responder pelo crime de furto qualificado pela fraude.
5. será isento de pena, por ter praticado o crime patrimonial contra ascendente.

**78.** José sabia que Maria possuía processo tramitando na 01º Vara Cível da Comarca da Capital-AP. Assim, solicitou a Maria a quantia de R$ 2.000,00 a pretexto de influenciar o Juiz da causa, Norton, a fim de que ele viesse a proferir sentença favorável, alegando que era amigo de infância do magistrado e, portanto, poderia convencê-lo a decidir em favor de Maria. José, porém, sequer conhecia o Juiz Norton, e pretendia apenas enganar Maria a fim de obter vantagem indevida.

Nessa situação, José deverá responder pelo crime de:

a) estelionato

b) corrupção ativa

c) corrupção passiva

d) Exploração de prestígio

e) tráfico de influência

**79.** Em determinado processo criminal, Jair, réu pela suposta prática do crime de extorsão, ofereceu a Talita a quantia de R$ 20.000,00 para que esta, na qualidade de testemunha, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Talita aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente mentiu em Juízo para beneficiar o réu Jair. O Juiz que presidia a instrução, porém, não acreditou nas afirmações de Talita e proferiu sentença em audiência, condenando Jair pelo crime de extorsão. A defesa de Jair interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento pelo Tribunal de Justiça local.

Nesse caso, é correto afirmar que:

1. Jair e Talita deverão responder pelo crime de falso testemunho.
2. Jair praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço.
3. Jair praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Talita praticou o crime de falso testemunho, sem majoração.
4. Jair e Talita não praticaram crime, eis que o depoimento desta última foi irrelevante para o processo.
5. Caso Talita se retrate e declare a verdade antes do julgamento do recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça, estará extinta sua punibilidade.

**80.** Em uma discussão ocorrida na praça de alimentação de um *Shopping Center*, Juliano ofendeu a honra de Marcelo, chamando-o de sujo, safado, corno e ladrão. O fato ocorreu em horário de grande movimento no local, na presença de várias pessoas.

Nesse caso, a conduta de Juliano configura:

1. crime de injúria, sem majoração.
2. crimes de injúria e calúnia, com aumento de pena de um terço.
3. crime de calúnia, com aumento de pena de um terço.
4. crimes de difamação e injúria.
5. crime de injúria, com aumento de pena de um terço.

Não é assinante?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

Conheça nosso sistema de questões

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)